

URBANISMO DA PERMANÊNCIA: INFRAESTRUTURA, PATRIMÔNIO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO EGITO DO SÉCULO XXI

DIAS, Solange Irene Smolarek¹.

RESUMO

O presente artigo analisa o território egípcio como laboratório histórico e contemporâneo de urbanismo, articulando permanência simbólica, patrimônio cultural e megaprojetos de infraestrutura no contexto das políticas territoriais do século XXI. Fundamentado em abordagem de estado da arte, o estudo integra pesquisa empírica in loco, análise documental e revisão teórica interdisciplinar, mobilizando contribuições da história urbana, do urbanismo, da teoria da arquitetura e do planejamento territorial. Parte-se da compreensão de que o urbanismo egípcio, desde suas origens civilizatórias, estrutura-se como projeto territorial de longa duração, no qual o espaço construído transcende a função técnica e opera como dispositivo simbólico, político e cultural. No plano contemporâneo, analisa-se o conjunto de megaprojetos implementados a partir de 2014 — com destaque para o Programa Nacional de Estradas, a Nova Capital Administrativa e os corredores logísticos estratégicos — como expressão de uma racionalidade de *masterplanning* territorial em escala nacional. Argumenta-se que o Egito contemporâneo constrói uma forma específica de urbanismo da permanência, na qual tradição e modernização não se apresentam como polos antagônicos, mas como camadas integradas de um mesmo processo civilizatório. Conclui-se que o caso egípcio oferece contribuições relevantes ao debate internacional sobre planejamento urbano, especialmente no que se refere à integração entre infraestrutura, identidade cultural, visão de longo prazo e ordenamento territorial em contextos emergentes.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanismo; Planejamento territorial; Infraestrutura; Patrimônio cultural; *Masterplanning*; Egito.

1. INTRODUÇÃO

O urbanismo, enquanto campo disciplinar, constitui-se historicamente como instrumento de organização do território, de mediação entre sociedade e espaço e de produção de sentido cultural. Desde suas formulações clássicas, a cidade não se apresenta apenas como artefato técnico, mas como expressão simbólica de projetos civilizatórios, nos quais poder, cultura, economia e espiritualidade se materializam na forma construída (MUMFORD, 1998; CHOAY, 2010). Nesse sentido, determinados territórios assumem papel paradigmático na compreensão da história urbana mundial, funcionando como verdadeiros laboratórios de longa duração.

O Egito ocupa posição singular nesse processo. A civilização egípcia estruturou-se a partir de uma relação indissociável entre território, natureza e simbolismo, na qual o Rio Nilo organizou não apenas a ocupação espacial, mas a própria lógica de produção urbana, econômica e cultural (KEMP, 1989). O espaço construído, desde os complexos funerários do Reino Antigo até os grandes templos processionais do Alto Egito, não se limitava à função utilitária, mas operava como linguagem simbólica de poder, permanência e transcendência, configurando um modelo de urbanismo ancorado na ideia de continuidade civilizatória.

¹ Professora doutora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da FAG. E-mail: solange@fag.edu.br

No contexto contemporâneo, o território egípcio reassume centralidade no debate urbano internacional, não mais apenas como patrimônio histórico, mas como palco de um dos mais amplos programas de transformação territorial do século XXI. A partir de 2014, o país implementa um conjunto articulado de megaprojetos de infraestrutura, logística e planejamento urbano, vinculados à agenda da Visão 2030 (EGYPT STATE INFORMATION SERVICE, 2025), que reposicionam o Egito como polo estratégico entre África, Oriente Médio e Europa.

Projetos como o Programa Nacional de Estradas, a expansão dos corredores logísticos, a reestruturação viária do Cairo e a implantação da Nova Capital Administrativa configuram uma racionalidade de planejamento que transcende intervenções pontuais, estruturando-se como projeto territorial de escala nacional.

Diferentemente de processos fragmentados de urbanização observados em diversas metrópoles globais, a experiência egípcia contemporânea revela uma lógica integrada, na qual infraestrutura, planejamento urbano, desenvolvimento econômico e ordenamento territorial operam de forma sistêmica. Tal racionalidade dialoga, de forma singular, com a própria tradição histórica do território, marcada por projetos de longa duração, permanência simbólica e visão de futuro.

Nesse contexto, este artigo parte da seguinte problemática de pesquisa: como o Egito articula permanência simbólica, patrimônio milenar e megaprojetos de infraestrutura contemporâneos como estratégia de planejamento territorial no século XXI? A hipótese central sustenta que o planejamento territorial egípcio contemporâneo estrutura-se como um processo contínuo, no qual tradição e modernização não se apresentam como polos antagônicos, mas como camadas integradas de um mesmo projeto civilizatório, configurando uma forma específica de urbanismo da permanência.

O objetivo geral da pesquisa é analisar criticamente o Egito como laboratório histórico e contemporâneo de urbanismo, articulando patrimônio, infraestrutura e *masterplanning* no contexto das políticas territoriais do século XXI. Como objetivos específicos, busca-se: a) examinar a lógica histórica do urbanismo egípcio a partir da relação território–sagrado–poder; b) analisar os impactos estruturais dos megaprojetos de infraestrutura implementados entre 2014 e 2024; c) avaliar a Nova Capital Administrativa como estratégia de *masterplanning* territorial; d) discutir a articulação entre permanência simbólica e urbanismo contemporâneo; e e) identificar contribuições do caso egípcio para o debate internacional sobre planejamento urbano em contextos emergentes.

Metodologicamente, o estudo adota abordagem de estado da arte, integrando pesquisa empírica *in loco*, análise documental e fundamentação teórica interdisciplinar. A pesquisa empírica fundamenta-se em observação direta sistematizada, realizada em viagem acadêmica de estudos ao

território egípcio, articulada à análise de documentos institucionais, relatórios oficiais e produção bibliográfica nacional e internacional.

A interpretação dos dados segue orientação dialético-crítica, compreendendo o espaço urbano como construção histórica, social e simbólica.

Ao propor a categoria analítica de urbanismo da permanência, o artigo não apenas interpreta a experiência egípcia, mas busca contribuir para o campo teórico do urbanismo e do planejamento territorial, oferecendo referencial analítico capaz de dialogar com os desafios contemporâneos de desenvolvimento urbano, identidade cultural e sustentabilidade territorial.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa estrutura-se a partir de uma abordagem qualitativa de natureza analítico-interpretativa, fundamentada no método do estado da arte aplicado ao campo do urbanismo e do planejamento territorial (FREESTONE, 2000). O estudo integra três eixos metodológicos complementares: pesquisa empírica, análise documental e fundamentação teórica interdisciplinar.

O primeiro eixo consiste na pesquisa empírica *in loco*, realizada por meio de observação direta sistematizada durante expedição acadêmica de estudos ao Egito, no período de dezembro de 2025 a janeiro de 2026. Essa etapa compreendeu visitas técnicas a centros urbanos, sítios históricos, complexos arquitetônicos, eixos de infraestrutura, projetos urbanos contemporâneos e empreendimentos turísticos estruturados por *masterplans*, conforme registrado em relatório técnico-acadêmico próprio (DIAS, 2026). A observação empírica foi orientada por critérios analíticos vinculados à leitura territorial, organização espacial, integração entre infraestrutura e tecido urbano, relação entre patrimônio e contemporaneidade, e estruturação simbólica do espaço.

O segundo eixo metodológico corresponde à análise documental, envolvendo relatórios institucionais, documentos oficiais de políticas públicas, materiais técnicos de planejamento, dados governamentais, publicações de organismos internacionais e registros técnicos produzidos no âmbito da própria expedição acadêmica. Foram analisados, entre outros, documentos relativos ao Projeto Nacional de Estradas, à agenda Visão 2030 (CABINET MEDIA CENTRE, 2024; EGYPT STATE INFORMATION SERVICE, 2025), à Nova Capital Administrativa e aos programas de desenvolvimento territorial egípcios, permitindo a compreensão da lógica estrutural das políticas implementadas.

O terceiro eixo refere-se à fundamentação teórica interdisciplinar, construída a partir da revisão crítica de literatura nacional e internacional nos campos da história urbana, teoria da arquitetura, urbanismo, planejamento territorial, patrimônio cultural e políticas (LEFEBVRE, 2006; RAFFESTIN, 1993). Autores clássicos e contemporâneos são mobilizados para sustentar a interpretação do território como construção simbólica, histórica e política, superando leituras estritamente funcionalistas do espaço urbano,

A articulação entre esses três eixos permite a construção de análise integrada, na qual a dimensão empírica, a leitura documental e a fundamentação teórica operam de forma complementar.

A interpretação dos dados segue orientação dialético-crítica, compreendendo o urbanismo como processo histórico de longa duração, no qual espaço, poder, cultura e infraestrutura se inter-relacionam (CORBOZ, 2004).

Do ponto de vista epistemológico, a pesquisa insere-se no campo dos estudos urbanos críticos, rejeitando abordagens fragmentárias e setoriais do planejamento, e adotando uma perspectiva sistêmica e territorial. O conceito de urbanismo da permanência emerge, assim, como categoria analítica construída a partir da convergência entre tradição civilizatória, políticas contemporâneas de infraestrutura e estratégias de masterplanning territorial.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 URBANISMO E PERMANÊNCIA SIMBÓLICA

O conceito de urbanismo, ao longo da história, extrapola a noção de ordenamento físico do espaço para constituir-se como prática cultural, política e simbólica. Autores clássicos como Mumford (1998) compreendem a cidade como um artefato civilizatório complexo, no qual se materializam valores, crenças, relações de poder e visões de mundo. Nessa perspectiva, o espaço urbano não é apenas resultado de decisões técnicas, mas expressão de projetos simbólicos de longa duração.

A noção de permanência simbólica no urbanismo refere-se à capacidade de determinados territórios e formas espaciais manterem significado ao longo do tempo, mesmo diante de transformações políticas, tecnológicas e sociais. Choay (2005) argumenta que o patrimônio urbano não se restringe à preservação de objetos isolados, mas constitui uma estrutura de sentido que

organiza a memória coletiva e a identidade territorial. Assim, o urbanismo da permanência opera como contraponto às lógicas de obsolescência rápida e fragmentação espacial características de muitos processos contemporâneos de urbanização.

No contexto egípcio, a permanência simbólica assume caráter estrutural. Desde o período faraônico, o espaço urbano e arquitetônico foi concebido como mediação entre o humano e o transcendente, articulando ordem cósmica, poder político e organização territorial (KEMP, 1989). A linearidade do Vale do Nilo, a orientação astronômica dos complexos monumentais e a monumentalidade das obras públicas configuram um urbanismo orientado pela ideia de duração e continuidade civilizatória. Essa lógica histórica distingue-se de modelos urbanos marcados pela ruptura constante e pela substituição acelerada do tecido urbano. No Egito, mesmo diante de processos de modernização, observa-se a persistência de uma leitura territorial que valoriza a permanência como atributo estratégico, não apenas cultural, mas também político e econômico.

A noção de permanência simbólica no campo do urbanismo transcende a mera sobrevivência física de estruturas arquitetônicas, configurando-se como a persistência de significados, valores e identidades coletivas que se ancoram na materialidade da cidade. Sob a ótica de uma ciência urbana que compreende a cidade como um artefato social, a permanência não é um estado de imobilismo, mas um processo dinâmico de transmissão cultural. Conforme postula Rossi (2016), a cidade é uma construção inseparável da vida civil, onde certos elementos, denominados "fatos urbanos", possuem uma autonomia em relação à sua função original, permitindo que o sentido de um lugar sobreviva às transformações econômicas e sociais do território.

Essa fundamentação encontra bases seminais na sociologia de Maurice Halbwachs, que estabelece o vínculo indissociável entre a memória coletiva e a morfologia urbana. Para Halbwachs (2006), o espaço não é um receptáculo passivo, mas um "quadro social" necessário para que as lembranças do grupo possam ser localizadas e reconstruídas. A permanência simbólica reside, portanto, na estabilidade das formas físicas que garantem a continuidade da identidade grupal; quando a "pedra da cidade" permanece, ela atua como um suporte para que a sociedade se reconheça ao longo das gerações, resistindo ao fluxo incessante do tempo social (HALBWACHS, 2006).

Para aprofundar a dimensão imaterial dessa persistência, recorre-se à teoria dos "lugares de memória" (*lieux de mémoire*) de Pierre Nora. Segundo Nora (1993), um lugar de memória manifesta-se simultaneamente em três dimensões: material, funcional e simbólica. No urbanismo, a permanência simbólica ocorre quando a imaginação coletiva investe um espaço — seja ele um monumento ou uma praça funcional — de uma aura representativa que cristaliza a lembrança (NORA, 1993). Essa

cristalização é o que diferencia o patrimônio meramente catalogado do patrimônio vivo, capaz de gerar pertencimento e orientar a experiência humana na metrópole contemporânea.

Complementarmente, Lynch (1980) oferece a perspectiva da legibilidade e da imaginabilidade como âncoras da permanência simbólica. Em sua análise, os "marcos" (*landmarks*) funcionam como referências externas singulares que estruturam a imagem mental da cidade. O valor de um marco não reside apenas em seu contraste visual, mas no significado emocional e histórico que ele carrega. Uma cidade legível, dotada de marcos permanentes, oferece segurança emocional ao habitante, combatendo a desorientação e o esquecimento que caracterizam os espaços fragmentados da modernidade (LYNCH, 1980).

Contudo, a permanência simbólica enfrenta desafios críticos nas dinâmicas urbanas neoliberais. Processos de gentrificação e "requalificação" frequentemente promovem o que geógrafos como Neil Smith identificam como a apropriação do patrimônio para a extração de renda fundiária. Nesses contextos, ocorre uma "perda simbólica de espaço" para os residentes tradicionais, onde a materialidade histórica é preservada apenas como cenário de consumo — um fenômeno de museificação que rompe os laços afetivos originais (SMITH, 2006). A permanência simbólica, nestes casos, é esvaziada de sua função social, tornando-se uma mercadoria estética desvinculada da memória real do lugar.

No contexto brasileiro, a resistência a esse apagamento manifesta-se através das "rugosidades" patrimoniais, conceito de Milton Santos que descreve a persistência do passado como uma forma de resistência no espaço presente (OLIVEIRA, 2016). Práticas de apropriação marginal, como a pixação e o graffiti, também podem ser interpretadas como tentativas de estabelecer uma "posse simbólica" de edifícios e monumentos, ressignificando-os e garantindo uma permanência do sujeito em cenários urbanos que lhes negam o direito à cidade (LEAL, 2018). Assim, a permanência simbólica consolida-se como um território de disputa política e identitária essencial para a compreensão da cidade contemporânea.

3.2 TERRITÓRIO, PODER E IDENTIDADE

O território constitui-se como categoria central para a compreensão das relações entre espaço, poder e identidade. Segundo Raffestin (1993), o território não é dado natural, mas construção social resultante de relações de poder que se materializam no espaço. O planejamento territorial, nesse

sentido, opera como instrumento de mediação entre interesses políticos, econômicos e simbólicos (SANTOS, 2006).

No caso egípcio, a relação entre território e poder manifesta-se historicamente na capacidade do Estado de organizar grandes obras públicas, controlar recursos naturais estratégicos e estruturar o espaço como instrumento de governança. Desde os sistemas hidráulicos do Antigo Egito até os atuais corredores logísticos e redes viárias, o território é concebido como infraestrutura de poder e integração nacional.

A identidade territorial egípcia constrói-se, portanto, a partir da sobreposição de camadas históricas que conferem ao espaço um caráter singular. Castells (1999) destaca que identidades territoriais fortes tendem a influenciar diretamente as estratégias de planejamento, funcionando como elemento de coesão social e legitimação política. No Egito, o patrimônio milenar não atua apenas como herança cultural, mas como ativo estratégico na formulação de políticas públicas e projetos urbanos contemporâneos.

Essa articulação entre território, poder e identidade diferencia o planejamento egípcio de abordagens tecnocráticas desvinculadas do contexto cultural. O espaço planejado não se apresenta como tabula rasa, mas como palimpsesto, no qual novas intervenções dialogam, consciente ou inconscientemente, com estruturas simbólicas pré-existentes.

3.3 MASTERPLANNING CONTEMPORÂNEO

O *masterplanning* contemporâneo configura-se como instrumento estratégico de ordenamento territorial, especialmente em contextos de transformação acelerada e expansão urbana. Diferentemente de planos setoriais fragmentados, o *masterplan* opera em escala sistêmica, articulando uso do solo, mobilidade, infraestrutura, paisagem e desenvolvimento econômico (HALL, 2014).

No debate internacional, observa-se a retomada do *masterplanning* como resposta à complexidade urbana contemporânea, sobretudo em países emergentes e economias em transição. Autores como Healey (2007) defendem abordagens integradas de planejamento capazes de articular visão de longo prazo, governança multinível e participação institucional.

No Egito, o *masterplanning* assume dimensão territorial ampliada. Os grandes projetos implantados a partir de 2014 não se restringem a áreas urbanas específicas, mas estruturam-se como redes integradas que reorganizam fluxos, centralidades e hierarquias espaciais em escala nacional. A

Nova Capital Administrativa, por exemplo, não pode ser compreendida isoladamente, mas como elemento de uma estratégia territorial mais ampla que envolve descongestionamento do Cairo, redistribuição populacional e fortalecimento de eixos logísticos.

Esse modelo aproxima-se do que alguns autores denominam planejamento estratégico territorial, no qual o espaço é concebido como ativo competitivo e instrumento de inserção geopolítica (BORJA; CASTELLS, 1997). No caso egípcio, a posição estratégica entre África, Oriente Médio e Europa potencializa essa leitura do território como plataforma logística e econômica.

3.4 INFRAESTRUTURA COMO ESTRATÉGIA TERRITORIAL

A infraestrutura constitui elemento estruturante do planejamento territorial contemporâneo. Longe de ser apenas suporte técnico, as redes de transporte, energia e comunicação organizam o espaço, definem acessibilidades e condicionam padrões de desenvolvimento urbano (GRAHAM; MARVIN, 2001).

No Egito, os megaprojetos de infraestrutura implementados nas últimas décadas evidenciam uma concepção estratégica do território. O Programa Nacional de Estradas, a expansão das redes viárias metropolitanas e a implantação de novos corredores logísticos configuram uma malha estruturante que redefine a relação entre cidades, regiões e áreas produtivas (CABINET MEDIA CENTRE, 2024).

Essa lógica aproxima-se do conceito de infraestrutura como espinha dorsal do território, no qual as redes não apenas conectam, mas produzem urbanidade. A infraestrutura, nesse contexto, antecede e orienta a ocupação urbana, invertendo a lógica reativa observada em muitos processos de urbanização periférica.

Além disso, a articulação entre infraestrutura e planejamento revela uma visão de longo prazo, alinhada à tradição histórica egípcia de grandes obras públicas como instrumentos de organização social e territorial. Essa continuidade reforça a hipótese de que o urbanismo egípcio contemporâneo dialoga com uma matriz civilizatória de permanência e centralidade do Estado na produção do espaço.

3.5 PATRIMÔNIO COMO ESTRUTURA DE PLANEJAMENTO

O patrimônio cultural, no debate urbano contemporâneo, transcende a dimensão da preservação estática para assumir papel ativo no planejamento territorial. Segundo Choay (2005), o

patrimônio opera como mediador entre passado e futuro, influenciando decisões espaciais e estratégias de desenvolvimento.

No Egito, o patrimônio monumental não se apresenta como elemento isolado ou residual, mas como estrutura organizadora do território. A presença de sítios arqueológicos, paisagens culturais e monumentos milenares condiciona traçados urbanos, usos do solo e fluxos turísticos, integrando-se às dinâmicas econômicas e territoriais contemporâneas (UNESCO, 2005).

Essa integração desafia modelos de planejamento que tratam o patrimônio como obstáculo ao desenvolvimento. Ao contrário, a experiência egípcia sugere que a permanência simbólica pode ser incorporada como ativo estratégico, desde que articulada a políticas públicas consistentes e visão territorial integrada.

A partir dessa leitura, o conceito de urbanismo da permanência consolida-se como chave interpretativa do caso egípcio, permitindo compreender a coexistência entre patrimônio milenar, infraestrutura contemporânea e *masterplanning* de escala nacional. Trata-se de um urbanismo que reconhece o valor da duração, da memória e da identidade como componentes essenciais do planejamento territorial no século XXI.

4. O EGITO COMO LABORATÓRIO HISTÓRICO DE URBANISMO

4.1 O VALE DO NILO COMO ESTRUTURA TERRITORIAL

O Vale do Nilo estruturou uma racionalidade territorial linear, baseada na previsibilidade das cheias e na integração entre agricultura, mobilidade e centralidade urbana (KEMP, 1989). A cidade egípcia antiga articulava sagrado e poder, organizando-se a partir de princípios cosmológicos e monumentais (BAINES; MALEK, 2000).

A compreensão do Egito como laboratório histórico de urbanismo exige reconhecer o papel estruturante do Vale do Nilo na organização territorial da civilização egípcia. Diferentemente de contextos urbanos marcados pela dispersão espacial, o Egito desenvolveu-se a partir de uma lógica linear, na qual o rio atuou simultaneamente como eixo de vida, infraestrutura natural, fronteira simbólica e suporte econômico. Essa condição geográfica singular permitiu a consolidação de um modelo territorial altamente organizado desde os primórdios da civilização.

O Nilo não apenas condicionou a localização dos assentamentos, mas estruturou uma racionalidade espacial baseada na previsibilidade das cheias, na fertilidade das margens e na integração entre agricultura, mobilidade e centralidade urbana. Segundo Kemp (1989), a capacidade de gerir o ciclo do rio foi decisiva para a consolidação do poder estatal e para a organização do espaço como instrumento político. A territorialidade egípcia nasce, assim, da articulação entre natureza controlada, técnica e simbolismo.

Do ponto de vista urbanístico, essa lógica linear favoreceu a consolidação de centralidades hierarquizadas, conectadas por um sistema contínuo de circulação fluvial e terrestre. A leitura do território como eixo estruturante antecipa, em escala civilizatória, princípios contemporâneos de planejamento territorial integrado, nos quais infraestrutura e ocupação urbana se desenvolvem de forma interdependente. A monumentalidade egípcia deve ser compreendida como estratégia de permanência e coesão social, na qual o espaço urbano se apresenta como projeto civilizatório de longa duração (MUMFORD, 1998).

4.2 CIDADE, SAGRADO E PODER NO URBANISMO EGÍPCIO ANTIGO

No Egito antigo, a cidade não se constituía apenas como espaço de habitação ou produção, mas como dispositivo simbólico que materializava a relação entre o poder político e a ordem cósmica. A organização urbana estava intrinsecamente vinculada à religião, à noção de eternidade e à legitimação do poder faraônico. O espaço construído funcionava como linguagem, por meio da qual se expressava a ideia de permanência e continuidade.

Os grandes complexos monumentais, como templos e necrópoles, estruturavam o território em eixos processionais cuidadosamente orientados, frequentemente alinhados a fenômenos astronômicos. Essa precisão espacial não era aleatória, mas resultado de um urbanismo ritualizado, no qual a forma urbana operava como mediadora entre o mundo dos vivos e o além (BAINES; MALEK, 2000).

A separação simbólica entre a margem oriental do Nilo, associada à vida e à cidade dos vivos, e a margem ocidental, associada à morte e às necrópoles, evidencia uma leitura territorial profundamente simbólica. Essa dualidade estruturou a ocupação do solo por milênios, reforçando a ideia de que o urbanismo egípcio se organiza a partir de princípios cosmológicos e políticos integrados.

Nesse contexto, o poder estatal manifestava-se não apenas por meio da administração, mas pela capacidade de ordenar o espaço em escala monumental. A cidade egípcia antiga pode, portanto, ser compreendida como expressão material de um projeto político-religioso de longa duração, no qual a permanência simbólica era condição fundamental.

4.3 PERMANÊNCIA, MONUMENTALIDADE E PROJETO CIVILIZATÓRIO

A monumentalidade constitui uma das marcas mais evidentes do urbanismo egípcio e deve ser interpretada para além de sua dimensão estética. Segundo Mumford (1998), as grandes obras públicas das civilizações antigas funcionavam como instrumentos de coesão social e afirmação do poder central. No Egito, a monumentalidade assumiu papel ainda mais profundo, associando-se à ideia de eternidade e continuidade civilizatória.

As pirâmides, templos e complexos urbanos não foram concebidos como obras efêmeras, mas como estruturas destinadas a atravessar o tempo. Essa concepção influenciou diretamente a lógica construtiva, a escolha de materiais, a escala das intervenções e a organização territorial. O espaço urbano egípcio, nesse sentido, pode ser compreendido como projeto deliberado de permanência.

Essa lógica civilizatória distingue o Egito de modelos urbanos baseados na substituição constante e na obsolescência programada. A permanência não se apresenta como resistência à mudança, mas como estratégia consciente de afirmação cultural e política. Mesmo quando novas dinastias assumiam o poder, o território mantinha referências simbólicas estáveis, reforçando a continuidade do projeto urbano.

A leitura do Egito como laboratório histórico de urbanismo permite, assim, compreender que muitos dos princípios observados no planejamento contemporâneo — como visão de longo prazo, centralidade do Estado, articulação entre infraestrutura e território e valorização simbólica do espaço — possuem raízes profundas na formação civilizatória do país. Essa herança histórica não apenas moldou o passado, mas continua a influenciar as estratégias territoriais do Egito no século XXI, estabelecendo uma ponte conceitual entre urbanismo antigo e *masterplanning* contemporâneo.

5. O EGITO CONTEMPORÂNEO: INFRAESTRUTURA, MEGAPROJETOS E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

5.1 INFRAESTRUTURA COMO POLÍTICA DE ESTADO

A partir de 2014, o Egito passa a implementar um conjunto articulado de políticas públicas orientadas à reestruturação territorial em escala nacional, tendo a infraestrutura como eixo estratégico central, implementando políticas territoriais integradas, tendo a infraestrutura como eixo central. O Programa Nacional de Estradas ampliou a malha viária em mais de 7.000 km, elevando significativamente a posição do país no ranking global de qualidade de estradas (AHRAM ONLINE, 2024; CABINET MEDIA CENTRE, 2024).

Diferentemente de abordagens setoriais fragmentadas, o planejamento egípcio contemporâneo concebe as redes de transporte, logística e mobilidade como instrumentos estruturantes do território e indutores de desenvolvimento urbano e regional.

O Programa Nacional de Estradas constitui um dos pilares dessa estratégia, promovendo a expansão e modernização da malha viária em todo o país. A implantação de milhares de quilômetros de rodovias e vias expressas redefine fluxos logísticos, reduz tempos de deslocamento e amplia a integração entre centros urbanos, áreas produtivas e zonas portuárias. Essa política reforça a leitura da infraestrutura como espinha dorsal do território, capaz de anteceder e orientar processos de urbanização.

Essa concepção dialoga com a tradição histórica egípcia de grandes obras públicas como instrumentos de organização social e territorial. Assim como o controle das cheias do Nilo foi decisivo para a consolidação do Estado antigo, a infraestrutura contemporânea assume papel estratégico na governança territorial e na inserção geopolítica do país.

A observação empírica *in loco* confirma a reestruturação territorial em escala nacional, com autoestradas de múltiplas faixas, novos viadutos e integração logística entre regiões antes periféricas (DIAS, 2026).

5.2 CORREDORES LOGÍSTICOS E REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

Os corredores logísticos implantados ou ampliados no Egito contemporâneo configuram uma nova geografia de centralidades e conexões. A articulação entre rodovias, ferrovias, portos e zonas

industriais evidencia uma estratégia territorial orientada à competitividade econômica e à integração regional. Essa lógica territorial ultrapassa a escala urbana e assume dimensão nacional, reorganizando hierarquias espaciais e promovendo a redistribuição de atividades econômicas. A infraestrutura, nesse contexto, não responde apenas à demanda existente, mas antecipa cenários futuros de crescimento, alinhando-se a uma visão de longo prazo característica do urbanismo da permanência.

5.3 IMPACTOS URBANOS E REGIONAIS

Os impactos desses megaprojetos manifestam-se tanto na escala metropolitana quanto regional. No Grande Cairo, a ampliação da malha viária e a criação de novos eixos de circulação contribuem para a desconcentração funcional e a redistribuição de fluxos. Em escala regional, observa-se a integração de áreas anteriormente periféricas aos circuitos produtivos e logísticos nacionais.

Embora tais transformações gerem desafios sociais e ambientais, elas revelam uma racionalidade de planejamento que privilegia a estruturação do território como condição para o desenvolvimento, aproximando-se de modelos estratégicos de *masterplanning* territorial.

6. A NOVA CAPITAL ADMINISTRATIVA COMO ESTRATÉGIA DE MASTERPLANNING TERRITORIAL

6.1 GÊNESE, CONTEXTO POLÍTICO E TERRITORIAL DO PROJETO

A Nova Capital Administrativa do Egito deve ser compreendida como resultado de um contexto político, demográfico e territorial específico, marcado pela sobrecarga histórica do Cairo e pela necessidade estratégica de reorganização do território nacional. A metrópole caiota, ao longo do século XX e início do século XXI, acumulou funções administrativas, econômicas e simbólicas em escala incompatível com sua capacidade de suporte urbano, resultando em congestionamentos crônicos, precarização ambiental e fragmentação socioespacial.

Nesse cenário, a decisão de implantar uma nova capital não se configura como iniciativa isolada ou meramente simbólica, mas como estratégia deliberada de planejamento territorial. A Nova Capital Administrativa insere-se como estratégia deliberada de reorganização territorial frente à sobrecarga histórica do Cairo. O projeto, desenvolvido pelo escritório Skidmore, Owings & Merrill,

estrutura-se a partir de princípios clássicos de *masterplanning*, com setorização funcional, eixos estruturantes e forte integração à infraestrutura regional (ARCHDAILY, 2015).

A monumentalidade institucional da Nova Capital reafirma a tradição egípcia de representação do poder no espaço, atualizando-a em linguagem contemporânea (BENNAFLA; BAYOUMI, 2024).

A Nova Capital Administrativa materializa, portanto, uma escolha política de grande escala: deslocar funções centrais do Estado, redefinir centralidades e reorganizar fluxos urbanos e regionais. Tal decisão aproxima-se de experiências internacionais de cidades planejadas, mas diferencia-se por sua inserção em uma lógica territorial sistêmica, articulada a corredores logísticos, infraestrutura viária e políticas nacionais de desenvolvimento.

6.2 ESTRUTURA URBANA, FORMA E RACIONALIDADE DO MASTERPLAN

Do ponto de vista urbanístico, a Nova Capital apresenta uma estrutura fortemente baseada em princípios de *masterplanning* clássico, reinterpretados à luz das demandas contemporâneas. A cidade é organizada a partir de eixos estruturantes, zonas funcionais claramente delimitadas e hierarquias viárias bem definidas, evidenciando uma racionalidade espacial orientada pelo controle do crescimento e pela previsibilidade do uso do solo.

A setorização funcional — administrativa, residencial, institucional, cultural e de serviços — revela uma opção consciente por um urbanismo de ordem, em contraposição à organicidade descontrolada observada em grandes metrópoles informais. Essa escolha reflete a centralidade do Estado como agente produtor do espaço urbano, reafirmando uma tradição histórica egípcia de planejamento territorial conduzido pelo poder público.

Entretanto, a Nova Capital não se limita a um exercício formal de desenho urbano. Sua lógica espacial está profundamente vinculada à infraestrutura regional, conectando-se diretamente às redes viárias nacionais e aos corredores logísticos estratégicos. Essa integração reforça sua função não apenas como cidade administrativa, mas como nó territorial de uma rede urbana ampliada.

6.3 DIMENSÃO SIMBÓLICA, MONUMENTALIDADE E REPRESENTAÇÃO DO PODER

A dimensão simbólica constitui elemento central da Nova Capital Administrativa. A monumentalidade dos edifícios governamentais, a escala dos espaços públicos e a organização axial

de determinados conjuntos institucionais evocam, de maneira contemporânea, princípios históricos de representação do poder no espaço egípcio.

Essa monumentalidade não pode ser interpretada apenas como gesto estético ou retórico. Ela cumpre função política e simbólica, reafirmando a presença do Estado e a ideia de permanência institucional. Nesse sentido, a Nova Capital dialoga com a longa tradição egípcia de utilização do espaço construído como linguagem de poder, continuidade e estabilidade.

Ao articular planejamento racional, infraestrutura de grande escala e simbolismo institucional, a Nova Capital consolida-se como expressão contemporânea do urbanismo da permanência, no qual modernização e tradição não se excluem, mas se reforçam mutuamente.

7. ANÁLISE E DISCUSSÃO: O URBANISMO DA PERMANÊNCIA NO SÉCULO XXI

A análise integrada do urbanismo histórico e contemporâneo egípcio permite consolidar, com maior profundidade, a categoria analítica de urbanismo da permanência. Essa noção emerge da constatação de que o território egípcio foi, historicamente, concebido como projeto de longa duração, no qual espaço, poder e simbolismo se articulam de forma indissociável (HARVEY, 1992). Diferentemente de modelos urbanos marcados pela descontinuidade e pela obsolescência acelerada, o caso egípcio evidencia uma racionalidade territorial orientada pela continuidade, pela centralidade do Estado e pela visão estratégica de futuro. Essa característica não se restringe ao período faraônico, mas reaparece, sob novas formas, no planejamento contemporâneo.

Os megaprojetos contemporâneos evidenciam que a infraestrutura é utilizada como instrumento de produção do território, antecedendo e orientando a ocupação urbana (GRAHAM; MARVIN, 2001). A Nova Capital Administrativa representa a reatualização de princípios históricos de organização espacial, reafirmando a centralidade do Estado e a permanência simbólica. Os megaprojetos de infraestrutura (ROLNIK, 2015) analisados demonstram que o Egito contemporâneo compreende a infraestrutura como instrumento de ordenamento territorial e não apenas como resposta técnica à demanda urbana. Ao anteceder e orientar a ocupação do solo, as redes viárias e logísticas produzem território, redefinem centralidades e condicionam padrões de urbanização.

Nesse contexto, a Nova Capital Administrativa assume papel emblemático. Ela não representa uma ruptura com o passado, mas uma reatualização de princípios históricos de organização espacial, nos quais a monumentalidade, a centralidade institucional e a clareza formal operam como

dispositivos de governança territorial. A permanência, nesse sentido, não deve ser confundida com imobilismo. Ao contrário, ela se manifesta como capacidade de absorver transformações profundas sem romper com estruturas simbólicas fundamentais. O urbanismo da permanência é, portanto, dinâmico, adaptativo e estratégico. A experiência egípcia também problematiza leituras críticas que associam grandes projetos urbanos exclusivamente a processos de exclusão ou espetacularização. Embora tais riscos existam, o caso analisado evidencia que, em determinados contextos, o *masterplanning* estatal pode operar como instrumento de reorganização territorial sistêmica.

Outro aspecto relevante refere-se à escala do planejamento. O Egito opera simultaneamente em escalas urbana, metropolitana, regional e nacional, superando abordagens fragmentárias. Essa multiescalaridade reforça a eficácia das políticas territoriais e contribui para a coerência do projeto espacial. Do ponto de vista teórico, o conceito de urbanismo da permanência amplia o debate sobre planejamento em países emergentes, oferecendo alternativa às dicotomias entre tradição e modernidade, preservação e desenvolvimento, patrimônio e infraestrutura. A análise sugere que a integração entre identidade cultural, planejamento estratégico e infraestrutura pode constituir vantagem competitiva e não obstáculo ao desenvolvimento. O território, nesse caso, é compreendido como ativo cultural, político e econômico. Por fim, o caso egípcio contribui para o debate internacional ao demonstrar que projetos territoriais de grande escala podem ser concebidos a partir de matrizes culturais próprias, sem mera reprodução de modelos exógenos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo propôs analisar o Egito como laboratório histórico e contemporâneo de urbanismo, articulando permanência simbólica, patrimônio cultural, infraestrutura e planejamento territorial no contexto das políticas públicas do século XXI. Partiu-se da hipótese de que o planejamento territorial egípcio contemporâneo estrutura-se como processo contínuo, no qual tradição e modernização coexistem como camadas integradas de um mesmo projeto civilizatório.

A introdução estabeleceu como problemática central compreender de que maneira o Egito articula patrimônio milenar e megaprojetos contemporâneos como estratégia territorial. Ao longo do desenvolvimento do artigo, essa problemática foi enfrentada a partir de abordagem interdisciplinar, combinando fundamentação teórica, análise histórica e pesquisa empírica *in loco*.

O primeiro objetivo específico — examinar a lógica histórica do urbanismo egípcio a partir da relação território, sagrado e poder — foi atendido por meio da análise do Vale do Nilo como estrutura territorial e da leitura simbólica do urbanismo antigo. Demonstrou-se que a organização espacial egípcia sempre esteve vinculada à ideia de permanência e continuidade. O segundo objetivo — analisar os impactos estruturais dos megaprojetos de infraestrutura contemporâneos — foi contemplado pela discussão do Programa Nacional de Estradas, dos corredores logísticos e da infraestrutura como política de Estado. Evidenciou-se que tais projetos operam como instrumentos de reorganização territorial em escala nacional. O terceiro objetivo — avaliar a Nova Capital Administrativa como estratégia de *masterplanning* — foi atendido por meio de análise de sua gênese, estrutura urbana, inserção territorial e dimensão simbólica. Constatou-se que a Nova Capital não é um projeto isolado, mas peça-chave de uma estratégia territorial sistêmica.

O quarto objetivo — discutir a articulação entre permanência simbólica e urbanismo contemporâneo — foi desenvolvido a partir da consolidação do conceito de urbanismo da permanência. Demonstrou-se que o planejamento egípcio contemporâneo dialoga com uma matriz histórica profunda, sem se limitar à reprodução formal do passado. O quinto objetivo — identificar contribuições do caso egípcio para o debate internacional — foi alcançado ao situar o Egito como referência para contextos emergentes que buscam conciliar desenvolvimento, identidade cultural e planejamento estratégico. A hipótese inicial foi, assim, confirmada. O planejamento territorial egípcio contemporâneo revela-se como processo contínuo, no qual infraestrutura, simbolismo e governança se articulam em uma visão de longo prazo, característica de um urbanismo orientado pela permanência.

Do ponto de vista teórico, o artigo contribui ao propor uma categoria analítica capaz de interpretar experiências territoriais que escapam às dicotomias tradicionais entre antigo e moderno. O urbanismo da permanência emerge como conceito operatório para a análise de territórios com forte densidade histórica. Do ponto de vista metodológico, a integração entre pesquisa empírica, análise documental e estado da arte demonstrou-se adequada para a leitura de processos urbanos, reforçando a importância da observação direta na pesquisa em urbanismo.

Do ponto de vista prático, o estudo sugere que políticas territoriais de grande escala podem se beneficiar da incorporação consciente da identidade cultural e do patrimônio como ativos estratégicos, e não como entraves ao desenvolvimento. A experiência egípcia também aponta para o papel central do Estado na coordenação de projetos territoriais integrados, especialmente em contextos nos quais a fragmentação institucional compromete a eficácia do planejamento.

Cabe reconhecer que os megaprojetos analisados apresentam desafios sociais, ambientais e econômicos que demandam acompanhamento crítico contínuo. O urbanismo da permanência não elimina conflitos, mas oferece arcabouço conceitual para compreendê-los de forma mais ampla. O artigo demonstrou que o planejamento territorial egípcio contemporâneo estrutura-se como processo contínuo, integrando patrimônio milenar, infraestrutura e *masterplanning*. O conceito de urbanismo da permanência amplia o debate sobre planejamento em contextos emergentes, superando dicotomias entre tradição e modernidade. O caso egípcio evidencia que a incorporação consciente da identidade cultural pode constituir ativo estratégico no planejamento territorial do século XXI

Em síntese, o artigo demonstra que o território egípcio, ao articular patrimônio milenar e planejamento contemporâneo, oferece lições relevantes para o urbanismo do século XXI. Ao reconhecer a permanência como valor estratégico, o Egito reafirma o território como projeto civilizatório, no qual passado, presente e futuro se entrelaçam de forma indissociável. Como agenda futura de pesquisa, sugere-se aprofundar análises comparativas entre o Egito e outros países que adotaram estratégias semelhantes de *masterplanning* territorial, ampliando o alcance teórico do conceito proposto.

REFERÊNCIAS

AHRAM ONLINE. **Egypt road quality advanced 100 places in global ranking**. Cairo, 2024.

ARCHDAILY. **SOM Masterplans Egypt's New Capital City**. 2015.

BAINES, John; MALEK, Jaromír. *Atlas of Ancient Egypt*. Oxford: Phaidon, 2000.

BENNAFLA, Karine; BAYOUMI, Hala. **L'exemple de la Nouvelle capitale administrative en Égypte**. *Suds*, n. 289, p. 79–113, 2024. DOI: <https://doi.org/10.4000/12qn2>. Acesso em: 02 Jan. 2026.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local and Global: Management of Cities in the Information Age**. London: Earthscan, 1997.

CABINET MEDIA CENTRE. **Egypt's National Road Project achievements**. Cairo, 2024.

CASTELLS, Manuel. **The Power of Identity**. Oxford: Blackwell, 1999.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CORBOZ, André. **O território como palimpsesto**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

- DIAS, Solange Irene Smolarek. **Relatório técnico-acadêmico da expedição de estudos ao Egito**. Cascavel: Centro Universitário FAG, 2026.
- EGYPT STATE INFORMATION SERVICE. **Vision 2030: Mega Projects**. Cairo, 2025.
- FREESTONE, Robert. **Urban Planning in a Changing World**. London: E & FN Spon, 2000.
- GRAHAM, Stephen; MARVIN, Simon. **Splintering Urbanism: Networked Infrastructures, Technological Mobilities and the Urban Condition**. London: Routledge, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Peter. **Cities of Tomorrow**. Oxford: Blackwell, 2014.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HEALEY, Patsy. **Collaborative Planning**. London: Palgrave Macmillan, 2007.
- KEMP, Barry. **Ancient Egypt: Anatomy of a Civilization**. London: Routledge, 1989.
- LEAL, Gabriela Pereira de Oliveira. **Práticas de graffiti e apropriação espacial**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Aberta, Lisboa, 2018.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, Olivia Chaves de. **Permanência simbólica e rugosidades patrimoniais**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2016.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2006.
- SMITH, Neil. **A gentrificação da cidade**. Lisboa: Deriva Editores, 2006.
- UNESCO. **The Nubia Campaign: Saving the Pearl of Egypt**. Paris, 2005